



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA NÚMERO 18/XI (1.ª SL)

Aos dezasseis dias do mês de Março de 2010, pelas 15:00 horas, reuniu a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na sala 5 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante da presente acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Apreciação e votação da Acta n.º 17.
2. Apreciação de Pareceres relativos às seguintes iniciativas legislativas:
  - **Projectos de Lei n.ºs 17/XI (PEV)** – *Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.; 19/XI (BE)* – *Altera o regime de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A., e consagra o direito de acesso a todo o tempo a uma indemnização emergente de doenças profissionais; 21/XI (PCP)* – *Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.; 64/XI (PSD)* – *Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A., e 92/XI (CDS-PP)* – *Alteração do Decreto-Lei n.º 28/2005, de 10 de Fevereiro, regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A.* - Deputado autor do parecer: José Rui Cruz (PS);
  - **Projecto de Lei n.º 56/XI (PCP)** – *Repõe direitos retirados na aposentação e protege as carreiras contributivas longas, garantindo o direito a uma aposentação sem penalizações aos 40 anos de contribuições* - Deputado autor do parecer: Adão Silva (PSD);
  - **Projecto de Lei n.º 95/XI (CDS-PP)** – *Alteração ao Decreto-Lei n.º 220/2006, de 3 de Novembro, institui o pagamento globalmente, por uma só vez, à entidade empregadora que celebrar com o beneficiário um contrato de trabalho sem termo do remanescente do subsídio de desemprego ou subsídio social de desemprego inicial a que os beneficiários tenham direito* - Deputada autora do parecer: Teresa Santos (PSD);



- **Projecto de Lei n.º 125/XI (BE)** – *Altera o Código do Trabalho, repondo o direito ao tratamento mais favorável* - Deputada autora do parecer: Teresa Santos (PSD);
  - **Projecto de Lei n.º 161/XI (PS)** – *Cria a Ordem dos Nutricionistas e aprova o seu Estatuto* - Deputada autora do parecer: Francisca Almeida (PSD).
3. Apreciação dos relatórios das audiências concedidas ao Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas e ao Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado.
4. Outros assuntos:
- Distribuição de iniciativas legislativas;
  - Apreciação da nota de admissibilidade e nomeação de relator da Petição n.º 38/XI/1.<sup>a</sup> (Associação Portuguesa de Dietistas) - Solicita a alteração do Projecto de Lei n.º 161/XI (PS), que cria a ordem dos Nutricionistas e aprova o seu estatuto, de forma a que o mesmo passe a contemplar os Dietistas;
  - Convite para visitar a Associação de Bem-Estar Infantil de Vialonga (ABEIV), em Vila Franca de Xira;
  - Apreciação Pública das Propostas de Resolução n.ºs 2 e 5/XI/1.<sup>a</sup> (GOV).
5. Audição de associações representativas da profissão (n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro – Regime das Associações Públicas Profissionais) no âmbito do Projecto de Lei n.º 161/XI (PS) - *Cria a Ordem dos Nutricionistas e aprova o seu Estatuto*:
- 16H00 – Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde;
  - 17H00 – Associação Portuguesa de Dietistas;
  - 18H00 – Associação Portuguesa dos Nutricionistas.

O Senhor Vice-Presidente da Comissão, Deputado Arménio Santos (PSD), que, por impossibilidade de o Presidente estar presente, presidiu à reunião, começou por colocar a Acta n.º 17 à consideração dos Senhores Deputados, a qual, submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.



No segundo ponto da Ordem do Dia, o Senhor Deputado José Rui Cruz (PS) apresentou de forma sucinta o parecer relativo às iniciativas legislativas relacionadas com o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A. – Projectos de Lei n.ºs 17/XI (PEV), 19/XI (BE), 21/XI (PCP), 64/XI (PSD) e 92/XI (CDS-PP). Submetidos à votação, foram, nos termos regimentais, os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados por unanimidade.

De seguida, em substituição do Senhor Deputado Adão Silva, a Senhora Deputada Maria das Mercês Borges (PSD) apresentou o parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 56/XI (PCP). Submetidos à votação, foram, nos termos regimentais, os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) aprovados por unanimidade.

Por seu lado, a Senhora Deputada Teresa Santos (PSD) apresentou sucintamente os pareceres referentes, respectivamente, aos Projectos de Lei n.ºs 95/XI (CDS-PP) e 125/XI (BE). Submetidos à votação, foram, nos termos regimentais, os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) de cada parecer aprovados por unanimidade.

Finalmente, a Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) apresentou o parecer referente ao Projecto de Lei n.º 161/XI (PS) concluindo que aquela iniciativa legislativa está em condições de subir a Plenário da Assembleia da República para apreciação e votação.

A Senhora Deputada Maria José Nogueira Pinto (PSD) pediu a palavra para informar que, por não ter informação decisiva sobre se os estudos a que é feita referência no parecer atestam de forma cabal a necessidade de criação de uma associação pública profissional em termos de realização do interesse público, seguramente por culpa sua, iria abster-se na votação do parecer.

A Senhora Deputada Francisca Almeida (PSD) clarificou que, na votação do parecer em apreço, está em causa saber se reúne ou não as condições necessárias para subir a Plenário, o que é diferente de um juízo de valor sobre o conteúdo material do projecto de lei.

Também o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) disse ter votado contra, em votação final global, o texto final do projecto de lei que deu origem à Lei n.º 6/2008, de 13 de Fevereiro, precisamente por não estar clarificado quem deve elaborar o estudo a que se faz referência no artigo 2.º. Quanto aos requisitos constitucionais e regimentais



do Projecto de Lei n.º161/XI (PS) opinou que não existe qualquer óbice a que suba a Plenário.

Submetidos à votação, foram, nos termos regimentais, os pontos I (Considerandos) e III (Conclusões) do parecer aprovados, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS-PP, do BE e do PCP e a abstenção da Deputada do PSD Maria José Nogueira Pinto.

No terceiro ponto da ordem do dia foram apreciados os relatórios das audiências concedidas ao Sindicato dos Trabalhadores Consulares e das Missões Diplomáticas em 17 de Dezembro de 2009 e ao Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado em 18 de Fevereiro de 2010.

No ponto seguinte da Ordem do Dia, foram designados autores dos pareceres respectivos os seguintes Senhores Deputados: Inês de Medeiros (PS) do Projecto de Lei n.º 163/XI (BE) – Estabelece o regime laboral e de certificação e qualificação dos profissionais das artes do espectáculo e do audiovisual; João Paulo Pedrosa (PS) do Projecto de Lei n.º 165/XI (PCP) – Reforça a protecção social na maternidade, paternidade e adopção dos trabalhadores da Administração Pública; Mariana Aiveca (BE) do Projecto de Lei n.º 166/XI (PCP) – Reforça a protecção social na maternidade, paternidade e adopção; Jorge Machado (PCP) do Projecto de Lei n.º 172/XI (CDS-PP) – Regula o acesso à profissão de Nutricionista, cria a respectiva Ordem Profissional e aprova o seu Estatuto; Artur Rêgo (CDS-PP) da Proposta de Resolução n.º 2/XI (GOV) - Aprova o Acordo que Modifica o Acordo Laboral Integrado no Acordo sobre Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América, assinado a 1 de Junho de 1995, assinado em Lisboa, a 11 de Julho de 2009; Teresa Santos (PSD) da Proposta de Resolução n.º 5/XI (GOV) - Aprova o Acordo que Modifica o Regulamento do Trabalho, assinado a 12 de Fevereiro de 1997, assinado em Lisboa, a 11 de Julho de 2009, que decorre do Acordo sobre Cooperação e Defesa entre a República Portuguesa e os Estados Unidos da América.

Ainda neste ponto, foi aprovada por unanimidade a Nota de Admissibilidade da Petição n.º 38/XI/1.ª, da iniciativa da Associação Portuguesa de Dietistas, que solicita a alteração do Projecto de Lei n.º 161/XI (PS), que cria a ordem dos Nutricionistas e aprova o seu estatuto, de forma a que o mesmo passe a contemplar os Dietistas, e nomeado relator o Senhor Deputado Artur Rêgo (CDS-PP).



De seguida, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) pediu a palavra para propor, por um lado, na sequência de convite dirigido à Comissão, uma visita à Associação de Bem-Estar Infantil de Vialonga (ABEIV), em Vila Franca de Xira e, por outro, uma audição sobre a pobreza, com a exibição de um documentário intitulado "Os Esquecidos", com a duração de 62 minutos, da autoria do jornalista e documentarista Pedro Neves, a que se seguiria um debate com a presença de diversas entidades.

A este respeito, pronunciaram-se os Senhores Deputados Maria José Gamboa (PS), Maria das Mercês Borges (PSD) e Artur Rêgo (CDS-PP) dizendo nada terem a opor às sugestões feitas, considerando, no primeiro caso, tratar-se de uma oportunidade de abrir os trabalhos da Comissão à comunidade.

Por último, o Senhor Presidente informou que as Propostas de Resolução n.ºs 2 e 5/XI (GOV), já distribuídas, baixaram também à 11.ª Comissão (sendo competente a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas) para parecer e promoção da respectiva apreciação pública por se tratar de matéria laboral, tendo-se verificado haver consenso em que a mesma ocorra por um período de 30 dias.

De seguida, teve lugar a audição de representantes do Sindicato das Ciências e Tecnologias da Saúde, da Associação Portuguesa de Dietistas e da Associação Portuguesa dos Nutricionistas, que será objecto de relatórios autónomos.

O Senhor Presidente informou que a próxima reunião terá lugar na quinta-feira, 18 de Março, pelas 14 horas e 30 minutos, em virtude da necessidade de serem apreciados o relatório final da Petição n.º 38/XI e o parecer do Projecto de Lei n.º 172/XI (CDS-PP).

A reunião foi encerrada às 19:45 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 23 de Março de 2010.

**O VICE-PRESIDENTE,**

**(ARMÉNIO SANTOS)**



## Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Arménio Santos  
Artur Rêgo  
Catarina Marcelino  
Francisca Almeida  
Inês de Medeiros  
Jorge Machado  
Jorge Strecht  
José Pereira Marques  
Maria das Mercês Borges  
Maria José Gamboa  
Maria José Nogueira Pinto  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Pedro Mota Soares  
Teresa Santos  
António Almeida Henriques  
João Paulo Pedrosa  
José Rui Cruz  
Luísa Salgueiro

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Anabela Freitas  
Custódia Fernandes  
Maria Conceição Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Margarida Almeida  
Ramos Preto